

5

Educação profissional, educação para o futuro*

Luís Capucha¹

Introdução

A *European Political Strategy Unit* da Comissão Europeia publicou, em 2017, o relatório *10 trends transforming education as we know it*². Segundo esse relatório, a educação é hoje processada em estágios iniciais da vida, utiliza quadros negros, livros e papéis, promove a literacia académica, baseia-se em preleções teóricas e na aprendizagem passiva, funcionando os professores como preletores num modelo de ensino standardizado e em massa, baseado em disciplinas e focado nos conteúdos disciplinares. A educação é promovida principalmente por um conjunto restrito de atores estatais, religiosos e privados, que certificam os graus de ensino possuídos. Pelo contrário, a educação que se pretende para o futuro promove a aprendizagem ao longo da vida, processa-se num quadro branco com suporte digital e capaz de utilizar as realidades virtuais, assume novas formas de literacia, incluindo a digital, promove a aprendizagem experimental, por imersão, interativa, com seminários e cursos participativos, laboratórios, jogos e simulações, na qual os professores são mentores e treinadores. É feita à medida de cada indivíduo, baseada em competências, multidisciplinar, usa a lógica de projeto como estratégia pedagógica preferencial, é habilitada por aprendizagens digitais, beneficia de parceiros diferenciados e de parcerias formativas. É uma educação orientada para a produção de capacidades, competências, talentos e para o potencial dos aprendentes.

Se concordarmos que esta mudança é necessária e tanto mais urgente quanto mais se processa a transição para a sociedade digital, olhando para o que se passa no ensino secundário (o que não significa desconsiderar a educação pré-escolar ou o ensino básico, mas apenas a escolha de um foco exemplar), **alguém acredita que a escola possa evoluir para um modelo de futuro sequer aproximado do apontado acima, se continuar a privilegiar os cursos científico-humanísticos**, e com eles os seus currículos, as suas pedagogias, os seus métodos de ensino e de avaliação, o seu modelo organizativo, as crenças arreigadas da maioria dos seus protagonistas (em especial, dirigentes políticos, investigadores, dirigentes escolares, pais e professores)?

Defendo neste artigo que se deveriam privilegiar, pelo contrário, os cursos profissionais, por razões de justiça social e equidade educativa, de qualidade das aprendizagens e de resposta às necessidades da sociedade, do mercado de trabalho e às aspirações dos jovens. O que implica um maior investimento naquilo que lhes falta: recursos (humanos e financeiros) e equipamentos.

* O autor agradece o apoio de Ana Rita Capucha na produção do presente texto.

¹ ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, membro do Conselho Nacional de Educação.

² Disponível em: https://ec.europa.eu/epsc/sites/files/epsc-10_trends_transforming_education_as_we_know_it.pdf52.

1. Duas evidências

Antecipando uma possível crítica, justifico à cabeça a afirmação de que os cursos científico-humanísticos são particularmente acarinhados pelo conservadorismo educativo amplamente dominante no nosso país. A crise pandémica provocada pelo Coronavírus SARS-2 teve um grande impacto na educação. No momento em que escrevo, não sabemos o que se passará nem sequer a breve ou a médio prazo, dada a ameaça à saúde pública, à economia e às instituições sociais que constitui a COVID-19. Mas sabemos como foi duro o período decorrido entre março e setembro de 2020, quando as escolas encerraram. Encerraram todas e para todos? Não. Abriram-se para que nelas se preparassem os estudantes do secundário para os exames que lhes permitissem candidatar-se ao ensino superior, e para que nelas se realizassem os referidos exames.

As famílias das crianças mais jovens ficaram sem o apoio de quem as cuidasse; os alunos de meios sociais mais pobres não puderam beneficiar da educação a distância a não ser assistindo ao regresso da telescola, nem do apoio dos professores, de que beneficiaram os que tinham equipamentos informáticos, acesso a Wi-Fi e apoio para o estudo em casa; os estudantes das modalidades de educação que implicam uma maior componente prática, impossível de acontecer em casa, ficaram sem aprender; os professores que também não tinham equipamento informático (sim, existem e, se há casos em que a culpa é dos próprios, outros há em que não é) viram-se diminuídos no exercício das suas funções. A estes e a muitos outros problemas não se respondeu, e as preocupações limitaram-se a tímidos lamentos sobre o perigo de aumento das desigualdades escolares. Mas encontrou-se solução para a realização dos exames do ensino secundário. A modalidade mais pobre de avaliação, do ponto de vista educativo, que existe. Porquê, então, tanto cuidado com esses exames? Só me ocorre uma resposta: a subordinação do ensino secundário às necessidades do ensino superior, por um lado, e a crença profunda de que os exames e o ensino obsoleto que eles avaliam são o que realmente conta, por outro lado. Por isso se pode prescindir de tudo, menos dos exames com que se concluem os cursos científico-humanísticos.

Segunda evidência: a educação em Portugal, atrasada e sem resultados razoáveis durante décadas, deu um salto qualitativo apenas comparável ao de meados dos anos '80 do século passado (por altura da aprovação da Lei de Bases), quando a Reforma do Secundário, desenhada quando era Ministro da Educação David Justino e executada quando o era Maria de Lurdes Rodrigues, permitiu que passassem a ser oferecidos nas escolas regulares Cursos Profissionais cujo modelo tinha sido testado e desenvolvido nas Escolas Profissionais. Vejamos um pouco melhor alguns indicadores dessa grande mudança.

2. Um salto em frente em meados da década de 2000

O sistema educativo português registou na última década e meia uma notável evolução do desempenho global. Rompeu então com uma situação que se prolongava desde os anos '90 até ao início do século XXI, quando as medidas de política educativa consistiam principalmente em pôr dinheiro em cima dos problemas, sem os atacar.

Tais problemas manifestavam-se de diversas formas, mas todos tendiam a convergir para o abandono escolar precoce, que teimosamente afastava mais de 40% dos nossos jovens do nível de habilitações considerado mínimo pelas autoridades internacionais e portuguesas para a participação na sociedade da informação e na economia do conhecimento, o ensino secundário. Isto é, embora sejam muitos os fatores de insucesso escolar, desde a escassez da oferta da educação pré-escolar até às dificuldades enfrentadas pelas crianças nas transições entre ciclos do ensino básico, todos acabam por convergir para o número de alunos que acabam por abandonar o sistema sem a conclusão do secundário. Por isso, o nosso país continua a mostrar algumas debilidades importantes no plano das qualificações e do desempenho escolar, tais como:

- (1) Défice acentuado da escolaridade média da população portuguesa: cerca de 47% das pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos de idade detinham apenas o ensino básico, em 2019, uma proporção bem maior do que os 25% de média europeia, para o mesmo ano (Eurostat- EDAT_LFSE_03, 2020). Por outro lado, apenas 52% da população entre os 25 e os 64 anos de idade tinham, em 2019, concluído o secundário, contra quase 80% de média na UE27. Isto mostra que políticas de qualificação da população adulta são essenciais não só para recuperar o *gap*, mas também que há necessidade de responder às franjas mais jovens que não concluem a escolaridade obrigatória, para estancar o fluxo.
- (2) Taxas de retenção e desistência elevadas, particularmente no ensino secundário: em 2001, atingiam um valor muito próximo de 40%; em 2019, situavam-se perto de 13% (subindo para 22% no caso do 12º ano), o que justifica o reforço das políticas de promoção do sucesso escolar.

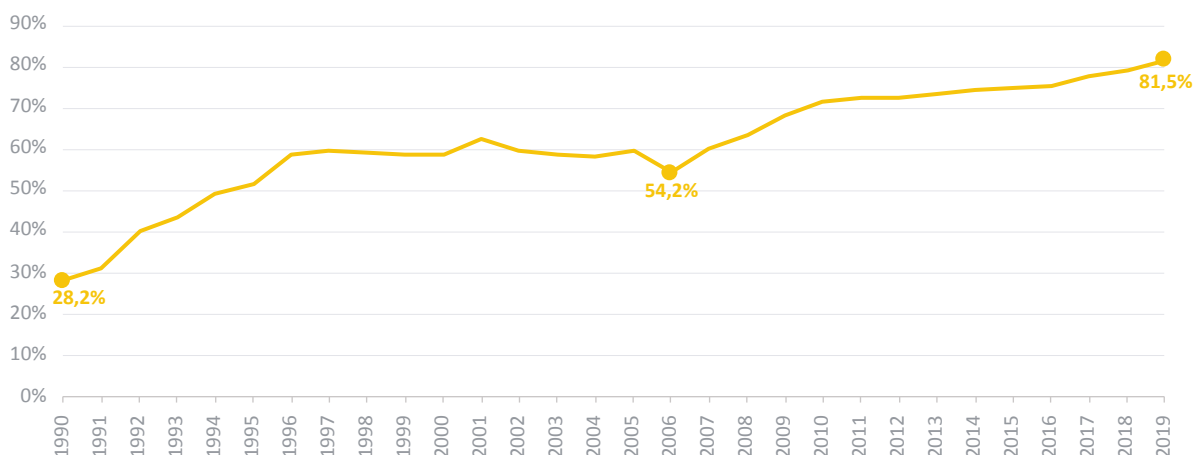
- (3) Taxa de Abandono Escolar Precoce que, apesar da queda acentuada nos últimos 13 anos, ainda se situa acima dos 10%, objetivo estabelecido a nível europeu. Os progressos feitos justificam uma canalização de todos os esforços com vista a, tendencialmente, erradicar o fenómeno.

A maioria dos diagnósticos acerca do insucesso escolar e do abandono escolar precoce, que continua a alimentar os baixos níveis de qualificação média da população, coincide na identificação de três eixos explicativos relacionados entre si:

- (1) um eixo relacionado com o modo como a escola reproduz as desigualdades sociais, como enfatizaram os estudos sociológicos clássicos sobre a relação entre a escola e a sociedade. Nesta perspetiva, sinteticamente, o insucesso é, primariamente, resultado do distanciamento entre as culturas das famílias de meios populares, transportadas pelos alunos, e a cultura dominante que a escola reproduz, tanto nos conteúdos, como nas formas de transmissão. Assim, ao colocar alunos diferentemente dotados de ferramentas para aprender as formas em que se transmitem os conteúdos escolares, uns na sua posse e outros não, a escola reproduz as desigualdades de partida, ao mesmo tempo que oculta os mecanismos discriminatórios, que aciona com base na uniformidade dos conteúdos e no discurso sobre os dotes pessoais, legitimando essa discriminação;
- (2) um triângulo perverso que resulta da desarticulação entre escola, famílias e mercado de trabalho. O mercado vai absorvendo jovens pouco qualificados, o que gera a ilusão de alternativa ao prolongamento dos estudos, enquanto os jovens e as famílias, face às escassas probabilidades de sucesso escolar, podem julgar preferível a inserção precoce e com baixas qualificações no mercado de trabalho, encarregando-se a escola de confirmar essas mesmas probabilidades de sucesso;
- (3) a escola pode atuar no sentido de corrigir as dinâmicas de reprodução das desigualdades sociais, mas a ineficácia dos modelos pedagógicos predominantes e dos currículos que se praticam (quase nunca os que estão formalmente estabelecidos), centrados na transmissão unilateral de conteúdos eminentemente disciplinarizados e desligados das utilizações práticas, impedem a diversificação das abordagens aos diferentes públicos escolares, durante anos recomendada a Portugal pelas instituições europeias. Um processo de ensino/aprendizagem de base tradicionalista, pouco focado na aprendizagem experimental, na autonomia, na inovação, nos conteúdos e nas ações extracurriculares; currículos pouco equilibrados nas diferentes competências (básicas, cognitivas específicas, operativas, cívicas, expressivas, etc.); propensão para uma “cultura de retenção” no trabalho docente, a par da ausência de estratégias que permitam sinalizar casos de risco de insucesso e de abandono; pouco envolvimento dos pais e da comunidade na vida escolar e nas escolas; são realidades que se ligam ao modo como a escola produz o seu insucesso, arrastando consigo o insucesso dos alunos.

A situação tem vindo, porém, a melhorar significativamente. Isso tem-se refletido na Taxa Real de Escolarização do Ensino Secundário que, entre 1996 e 2007, oscilou entre 54,2% e 62,5%, tendo depois iniciado uma subida que a levou até aos 81,5% em 2019.

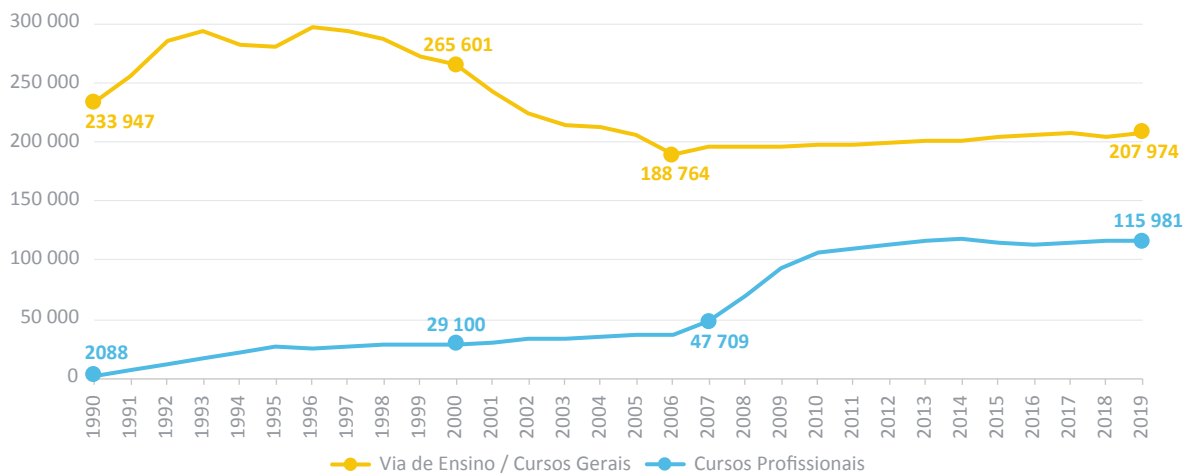
Figura 1. Taxa Real de Escolarização do Ensino Secundário – todas as vias. Portugal, 1990-2019



Fonte: PORDATA, atualização de 01-07-2020

Essa taxa reflete o aumento do número de alunos matriculados no ensino secundário, num quadro de diminuição acentuada da dimensão demográfica das gerações jovens. Se em 1990 estavam matriculados 236 035 alunos no ensino secundário, em 2019 o número tinha crescido para 372 722, passando por 339 539, em 2000/2001. Como se pode ver na Figura 2, foram as vias vocacionais as grandes responsáveis por este aumento.

Figura 2. Alunos matriculados no ensino secundário, por modalidade. Portugal, 1990-2019



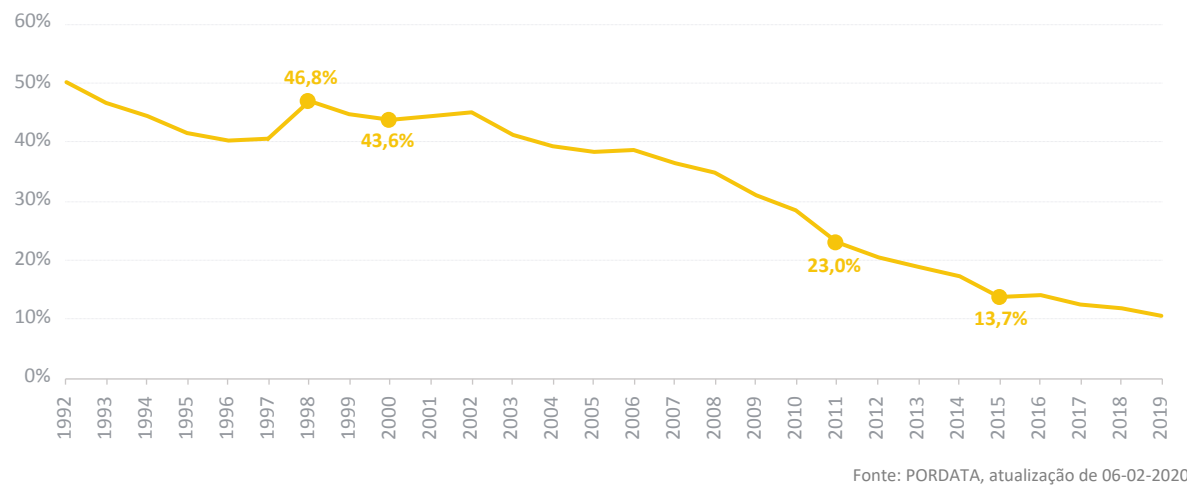
Fonte: PORDATA, atualização de 01-07-2020

Pode-se mesmo colocar a hipótese de que, em termos de saldos brutos (isto é, sem verificar a estrutura interna do grupo), os perto de 26 000 matriculados a menos nos chamados cursos gerais, correspondem aproximadamente às quebras demográficas, as quais foram largamente compensadas pelos estudantes que os Cursos Profissionais resgataram ao abandono escolar precoce.

Na verdade, muito pouco tempo após a legislação que permitiu a sua criação em 1989, as escolas profissionais rapidamente passaram do valor residual de 2 088 estudantes, em 1990, para perto de 30 000, a partir de 1995, valor que se manteve estável até 2006, período em que já declinava o número de matrículas nos cursos científico-humanísticos. Mas a partir de 2007 (outra vez esse ano), os valores dispararam, principalmente devido ao impacto da oferta de cursos profissionais nas escolas regulares, até atingir os 115 981 de 2019.

Como se pode verificar na Figura 3, de uma taxa de Abandono Escolar Precoce de 50%, em 1992, passou-se para valores que oscilaram em torno de 40% até 2002, descendo depois para 38,5% em 2006, ano em que se acentua a queda, com a única ligeira interrupção nos anos do conservadorismo retrógrado de Nuno Crato, até atingir 10,6% em 2019.

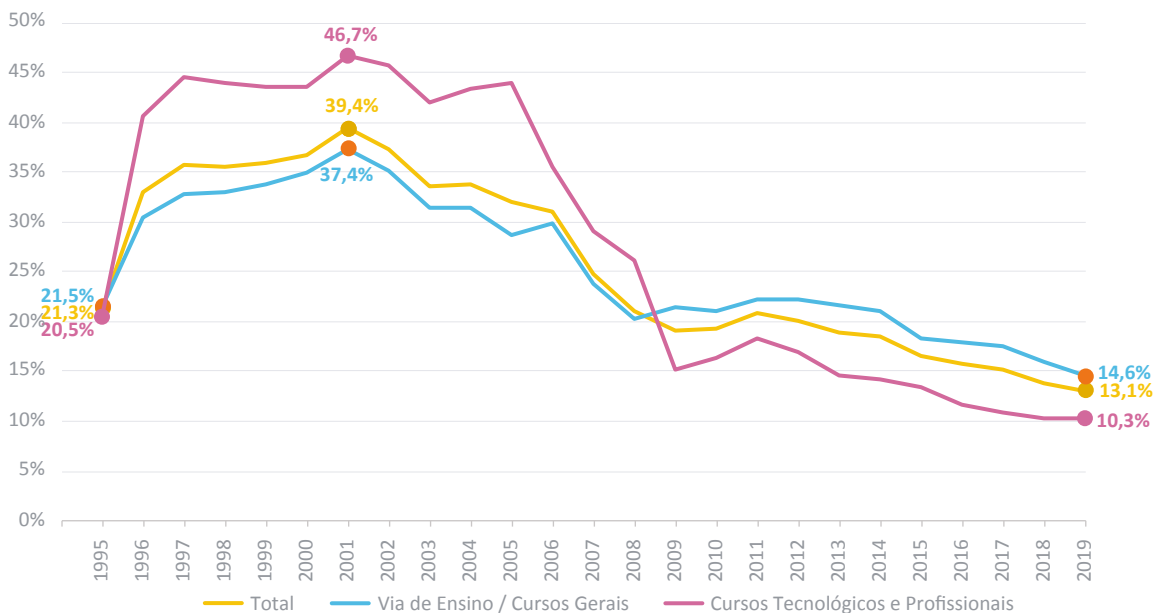
Figura 3. Taxa de Abandono Escolar Precoce. Portugal, 1992-2019



Fonte: PORDATA, atualização de 06-02-2020

Não sabemos se há uma relação causal entre a expansão dos cursos profissionais e a redução do abandono escolar precoce, mas a coincidência temporal dos dois fenómenos torna-a fortemente verosímil. Embora o assunto mereça uma investigação mais aprofundada, podemos concluir que foram os cursos profissionais os que mais contribuíram para essa redução, conseguindo atrair os segmentos dos estudantes que tendiam a abandonar precocemente, e obtendo com eles melhores resultados, como mostra a Figura 4.

Figura 4. Taxa de retenção escolar e desistência no ensino secundário, total e por modalidade. Portugal, 1995-2019



Fonte: PORDATA, atualização de 02-07-2020

A expansão das vias profissionais para as escolas secundárias públicas, legislada em 2004/2005 e concretizada a partir de 2007, representa um salto qualitativo no pensamento político, que tenta contrariar décadas de separação real e física entre as modalidades técnicas e profissionais e as modalidades liceais e académicas. Os cursos profissionais vinham ao encontro de um sistema, ele próprio em expansão, mas ainda claramente debilitado e afetado pelo insucesso escolar – em 2001, as taxas de retenção escolar e desistência chegavam perto dos 40% no ensino secundário, e a taxa de abandono escolar precoce rondava os 44%. E ofereceram soluções que os cursos científico-humanísticos, apesar de atraírem um público mais favorável, não podiam oferecer.

3. A superioridade do modelo educativo dos cursos profissionais

Ao contrário do modelo disciplinarizado, de aprendizagem passiva, “manualesco” e orientado para os conteúdos dos cursos científico-humanísticos, os cursos profissionais orientam-se para as competências (cognitivas, atitudinais, profissionais), baseiam-se numa maior diversidade de recursos didáticos, com forte componente da aprendizagem através de projetos e atividades práticas, e realizam-se em alternância, obrigando assim a escola e os seus atores a abrir-se ao meio e a atores estratégicos, como as empresas e outras organizações de trabalho.

A pedagogia assente nas aprendizagens a partir das práticas é a que mais justifica a capacidade dos cursos profissionais para atrair estudantes, em particular aqueles que tendiam, na sua ausência, a abandonar os estudos antes ou durante o secundário. Não quero com isto dizer que estes cursos não sejam capazes de atrair alunos que seriam provavelmente excelentes em qualquer outra modalidade. Quero apenas sublinhar o contributo específico que dão para a equidade educativa em Portugal, permitindo que muitos jovens completem o ensino secundário, entrando mais qualificados no mercado de trabalho ou, em volumes consideráveis, prosseguindo mais tarde estudos de nível superior. Eles ficam porque os cursos profissionais permitem não apenas aprender matérias de carácter científico e humanístico, na componente geral da formação, mas também porque o processo educativo privilegia o trabalho de projeto e a experimentação, porque possuem uma componente profissional simulada que permite praticar os conhecimentos adquiridos teoricamente e aprender coisas novas relativas às atividades profissionais, e ainda porque a exigente componente de estágio em contexto real de trabalho os torna mais atraentes e ligados à terra. São cursos que exigem mais, são mais difíceis, complexos e exigentes, mas tornam a vida escolar de mais fácil digestão, conferindo-lhe um sentido de utilidade determinante.

Aquilo que distingue verdadeiramente a educação profissional está relacionado com a organização pedagógica e curricular. Trata-se sobretudo de um ensino que procura “educar” (não competindo com a família, mas também não estabelecendo uma fronteira funcional em reação a ela) e adaptar-se ao próprio processo de formação do aluno, e que visa torná-lo num indivíduo mais autónomo, mais criativo e mais capaz. A flexibilidade, introduzida pela organização modular dos programas, possibilita que as condições de aprendizagem sofram esta adaptação e que as necessidades

dos alunos sejam atendidas de forma mais individualizada. As recentes iniciativas introduzidas no sistema educativo de flexibilização curricular pretendem justamente alcançar lógicas de ensino/aprendizagem que desde sempre são trabalhadas em contexto do ensino profissional. Então, porque é vista tantas vezes, ainda hoje, a educação profissional como se fosse de segunda? Ela é de primeira.

Para além disso, os cursos profissionais têm a vantagem da diversidade. Oferecem uma grande gama de escolhas. Não são três ou quatro cursos iguais em todo o lado, mas duas centenas e meia, suficientemente flexíveis para se adaptarem a diferentes contextos (por exemplo, em termos de ritmos de alternância, incidência de conteúdos curriculares e práticas pedagógicas), capazes de agradar às preferências dos estudantes e ancorados nas realidades socioeconómicas em que estes estudam, nomeadamente quando se escolhem as áreas profissionais.

As vantagens dos cursos profissionais têm ainda uma outra dimensão, a das parcerias. Eles assentam numa articulação entre as escolas e o mercado de trabalho, fazendo com que as primeiras se abram ao meio, ao mesmo tempo que alargam o seu contributo para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades, formando os quadros que o mesmo requer, nem sempre de forma coincidente com as expectativas (na verdade, frequentemente essas expectativas são de que a escola forme para o local de trabalho, o que não é verdadeiramente a sua missão), mas, de qualquer modo, afirmando a sua disponibilidade para contribuir de modo mais qualificado para a inovação e o bem-estar comum.

As escolas profissionais, por terem nascido e se terem especializado nessa função, tendem a ser mais eficazes em matéria de transição para o mercado de trabalho, mas as escolas regulares têm a vantagem de permitir que os estudantes permaneçam nas escolas, onde são conhecidos e onde têm grande parte dos seus amigos, partilhando corredores e serviços comuns, o que é decisivo para o prolongamento da escolarização. É certo que isso se fez à custa de alguns vícios que será necessário corrigir, como o que representa um maior peso do ensino “manualesco” na educação profissional em relação ao modelo original, dado que as editoras, face ao aumento do número de estudantes, passaram a aproveitar o que consideram um novo nicho de mercado, e os docentes das componentes gerais do currículo se sentem frequentemente cómodos com o recurso à didática do manual. Mas a correção é agora possível, nomeadamente à medida que se criam condições para a utilização sistemática das alternativas digitais e virtuais, permitindo levar mais longe a lógica de articulação entre os módulos científicos e humanísticos da componente geral do currículo e as componentes práticas.

Uma nota final para um outro plano das vantagens que apresentam os cursos profissionais, agora já não em relação aos cursos científico-humanísticos, mas ao sistema de aprendizagem. Este foca-se ainda mais na preparação para o mercado de trabalho e nas componentes práticas do processo de ensino-aprendizagem. O público que serve é ainda mais desfavorecido do que o dos cursos profissionais, recuperando amiúde jovens que já se encontravam fora do sistema de educação e formação sem ter concluído o ensino secundário. Mas a fragilidade da formação geral de carácter científico e humanístico não facilita a aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente o prosseguimento de estudos, e tende a gerar menores níveis de literacia do que os cursos profissionais seus congéneres. Coisa que, na Alemanha, onde o modelo se desenvolveu mais, é cada vez mais reconhecida.

Por fim, um pequeno esclarecimento. Os cursos profissionais não representam, nem querem representar, o ensino que era ministrado nas antigas escolas técnicas, num sistema segregado em duas vias, uma escolar e outra profissionalizante, sem comunicação. Eles representavam, de facto, um destino precocemente traçado de entrada em posições sociais e profissionais subalternas, que criaram a ilusão de vantagem apenas porque o analfabetismo era a norma e porque o país rural e subdesenvolvido que os promovia ainda tinha uma ampla base social totalmente desprovida das qualificações típicas das sociedades modernas da mesma época. A tentativa de reintroduzir essa lógica ocorreu recentemente com os “cursos vocacionais” de nível básico, rapidamente rejeitados por quase toda a comunidade educativa.

4. Conclusão

A educação profissional, e em particular os cursos profissionais, funcionaram no nosso país, embora com algum atraso, como um instrumento poderoso de redução do Abandono Escolar Precoce e de qualificação das gerações jovens. Não o fizeram sozinhos. A expansão da educação pré-escolar, a política de agrupamentos verticais, os programas TEIP e de Promoção do Sucesso Escolar, entre outras medidas da mesma geração, são solidariamente responsáveis. Mas a diversificação da oferta curricular que representam e o modelo pedagógico em que se baseiam tiveram um impacto notável na aproximação ao objetivo de assegurar a todos os jovens a escolaridade mínima de nível secundário.

Eles merecem, por isso, um outro apoio e um reforço do investimento na sua qualificação. Preparar cidadãos para a aprendizagem ao longo da vida, a cidadania, a sociedade da informação e a economia do conhecimento, para o mundo digital que já está entre nós, e ao mesmo tempo para o exercício qualificado de uma profissão, não é tarefa fácil. Mas vale a pena. Para preparar a escola do futuro não é preciso reinventar todo o sistema. Não apenas isso não é necessário, como daria muito trabalho a troco de resultados incertos. Parece mais avisado investir naquilo que funciona. Basta para isso clareza e alguma coragem.

Esse investimento permitiria melhorar a qualidade da oferta vocacional existente e superar algumas das suas debilidades, de que destaco a dificuldade de acesso de muitas escolas, de muitos jovens e de muitas famílias às tecnologias digitais, a necessidade de reforço da orientação vocacional, no sentido de ajudar todos os jovens e as suas famílias a escolher o percurso escolar no ensino secundário e a área profissional de referência, a relação com o mundo do trabalho e a qualificação dos equipamentos e instalações para o ensino experimental e prático, a necessidade de reforçar as competências dos docentes para uma modalidade de ensino que exige muito, mas compensa ainda mais.

Ganhariam com esse investimento não só o mercado de trabalho, as empresas e as instituições que carecem de profissionais de nível intermédio, os jovens e as suas famílias, mas também o sistema de ensino, não apenas devido à melhoria do seu desempenho, como pelo efeito de contágio que se pode gerar a partir desta modalidade da oferta educativa.